

JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 34°
Mínima: 23°

ANO XXII - Nº 9106 - TERESINA (PI), SEGUNDA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2017

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

INDICATIVO I

Deve chegar na Assembleia Legislativa um indicativo de proposta de emenda à Constituição Estadual para redução do prazo de prestação de contas dos municípios à Corte de Contas. A proposta foi apresentada pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente, e aprovada pelos conselheiros do Tribunal de Contas.

INDICATIVO II

O indicativo defende a ideia que o prazo de entrega dos balancetes mensais dos municípios seja reduzido dos atuais 60 dias para 30 dias. Ele argumentou que 60 dias para prestação de contas prejudica o controle preventivo e a fiscalização concomitante, causando dano ao erário.

Coluna Opinião. Página 4

Boato da vez

Ontem, a cidade foi tomada por um boato, dando conta de que para tirar Regina Sousa do páreo para o Senado, Wellington Dias a indicaria para o Tribunal de Contas do Estado, em vaga a ser aberta com a saída de Olavo Rebelo ou de Luciano Nunes.

Nada disso

Olavo riu da sugestão de que ele sairia para assegurar que seu filho, Lennon Rebelo, seja candidato a deputado estadual. Lennon é jornalista,

trabalha com cinema e vive na ponte aérea Rio São Paulo, pouco preocupado com política no Piauí.

Luciano

Outro cogitado no boato, Luciano Nunes, até que ensaiou aposentar-se em fevereiro deste ano. Queria a vaga para o filho homônimo, que é deputado estadual, mas a ideia morreu no nascedouro. Ontem, não foi possível achar Luciano. Nem pai nem filho.

Regê Folia

A Kalor Produções não tem nada a ver com o show de Ivette Sangalo na Regefolia, como foi informado aqui. O evento foi da Império Shows.

DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

Controle social

O controle da sociedade sobre o Estado é um tema muito recorrente em nossos dias, mas que na prática é muito mais um desejo que uma realidade tangível. Ainda resta um grande campo a ser preenchido quando se trata de haver efetivo controle social sobre as atividades públicas ou estatais e a corrupção sistêmica em nosso país é a maior evidência disso.

Embora tenhamos avançado bastante na fiscalização e controle de contas públicas e tenhamos instrumentos legais que nos permitam agir contra desmandos e malfeitoria na Fazenda pública, o próprio fastio da sociedade em valer-se dessas ferramentas é um fato de desestímulo a um efetivo controle social de gastos públicos.

Temos hoje um Ministério Público mais vigilante, Tribunais de Contas que funcionam muito bem, como é o caso do TCE-PI, cujo quadro funcional é profissionalmente comprometido com os melhores controles

e fiscalizações possíveis das finanças públicas. Ora, mas isso não basta, porque o Legislativo, que tem papel fundamental na fiscalização, precisa ser bem mais do que uma extensão das vontades do Executivo, como ocorre com frequência nas câmaras municipais de cidades de pequeno porte, sobretudo.

Louvem-se as ações do MP e dos TCE, que no Piauí têm sido melhores na medida da atuação responsável e comprometida de promotores de Justiça e de auditores fiscais, estes últimos também respaldados pela ação do Ministério Público de Contas. O trabalho institucional deles pode e deve orientar uma postura mais proativa de casas legislativas igualmente responsáveis por não deixar que se esvaíam os instrumentos legais de controle social das finanças públicas.

Mas se obviamente há instrumentos legais capazes de respaldar o controle social, somente eles não

bastam para que o gestor público cumpra seu papel de bem aplicar recursos oriundos dos impostos pagos por todos nós. Assim, é também papel da cidadania cobrar que não haja nem desvio do dinheiro, sejam pelas formas que forem, nem das finalidades na aplicação de verbas públicas.

Pode parecer a sugestão de maior participação da sociedade um ato um tanto quanto demagógico, porém não se trata aqui de qualquer ativismo. Trata-se, sim, de mostrar que sem cobrança de quem paga a conta, mesmo quando errada ela será paga. Numa analogia simplista, é como se ir a um restaurante e não conferir a conta, pagando simplesmente, ainda que venha salgada e eivada de erros que custarão mais caro ao cliente.

Ora, se existe um promotor público que pode e tem o dever de ser fiscal da lei – e isso inclui preocupar-se com as despesas públicas –, se existe um Tribunal de

Contas cujo papel é igualmente esse e ainda casas legislativas, que devem cumprir semelhante atribuição, não é nem demagogia nem ativismo sugerir que a população esteja e lhes exigir sempre o cumprimento de suas obrigações precípua de fiscalizar e controlar gastos públicos.

Convém ainda lembrar que a legitimidade legal para tanto está no aparato estatal de fiscalização e controle, um serviço público tão essencial quanto a saúde, a educação e a segurança pública. Sobre isso, aliás, cabe dizer que quanto melhor funcionarem os controles sobre a aplicação dos recursos públicos, mais eficientes e eficazes será o setor público em toda a sua extensão.

Álvaro Fernando Mota é advogado, procurador do Estado, ex-presidente da OAB-PI e atual presidente do Instituto dos Advogados Piauienses - IAP

Olavo Rebelo

Martelo.

O Tribunal de Contas do Estado adiou para agosto o julgamento da prestação de contas da Secretaria de Educação relativas a 2015.

O processo tem parecer do Ministério Público de Contas favorável à reprovação.

A relatora é a Conselheira Liliam Martins, esposa de Wilson Martins.

Ele era aliado mas, atualmente, é adversário político de Wellington Dias, de quem foi Vice-governador.

Coluna Magalhães. Caderno Cidades. Página 2



Política | 5

Ponto Final
Marcelo Rocha
marcelorochateresina@gmail.com



Renovação. Esta é a palavra da vez dentro do Partido dos Trabalhadores. Na imagem, três dos “novos” nomes que poderão disputar o pleito de 2018 visando às cadeiras da Alepi. Olavo Rebelo e Daniel Oliveira ainda discutem essa possibilidade com o governador Wellington Dias, já Gil Carlos, prefeito de São João do Piauí, segue em plena campanha pelo interior do estado. Flora Izabel, Fábio Novo e João de Deus que se cuidem.

EMERGENCIA

TCE investiga contrato de R\$ 8 milhões para recuperar Porto das Barcas



A assinatura do contrato abismou a Associação Piauiense de Empresário de Obras Públicas

Olavo Rebelo informa que uma inspeção será realizada

O Tribunal de Contas do Estado está apurando o decreto de emergência e o valor do contrato de R\$ 8 milhões para a recuperação do Porto das Barcas em Parnaíba. O presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Olavo Rebelo, informou que os técnicos da Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE) farão uma inspeção.

Após vistoria da Coordenação de Registro e Conservação da Secretaria de Estado da Cultura, foi constatado o comprometimento da estrutura do prédio. O governador Wellington Dias decretou estado de emergência, com isso, a Secretaria de Cultura tem até 180 dias para executar a obra.

De acordo com o relatório e vistoria técnica, foram apontados danos à estrutura devido aos impactos ambientais sofridos ao longo dos últimos 10 anos, principalmente na área onde fica atualmente o Museu Náutico e o entorno. A Secult apresentou projeto elaborado para recuperação do

espaço e o valor estimado da obra é de aproximadamente R\$ 8 milhões.

A Associação Piauiense de Empresários de Obras Públicas (APEOP) disse que estava abismada com o contrato do Porto das Barcas ter sido assinado em caráter de emergência. Um dos interessados e geria o complexo do Porto das Barcas é o presidente do Fecomércio, Valdeci Cavalcante.

Segundo informações do TCE-PI, o conselheiro substituto Delano Câmara vai ser o relator do processo que trata sobre esse contrato emergencial para recuperação do Porto das Barcas. (LC)

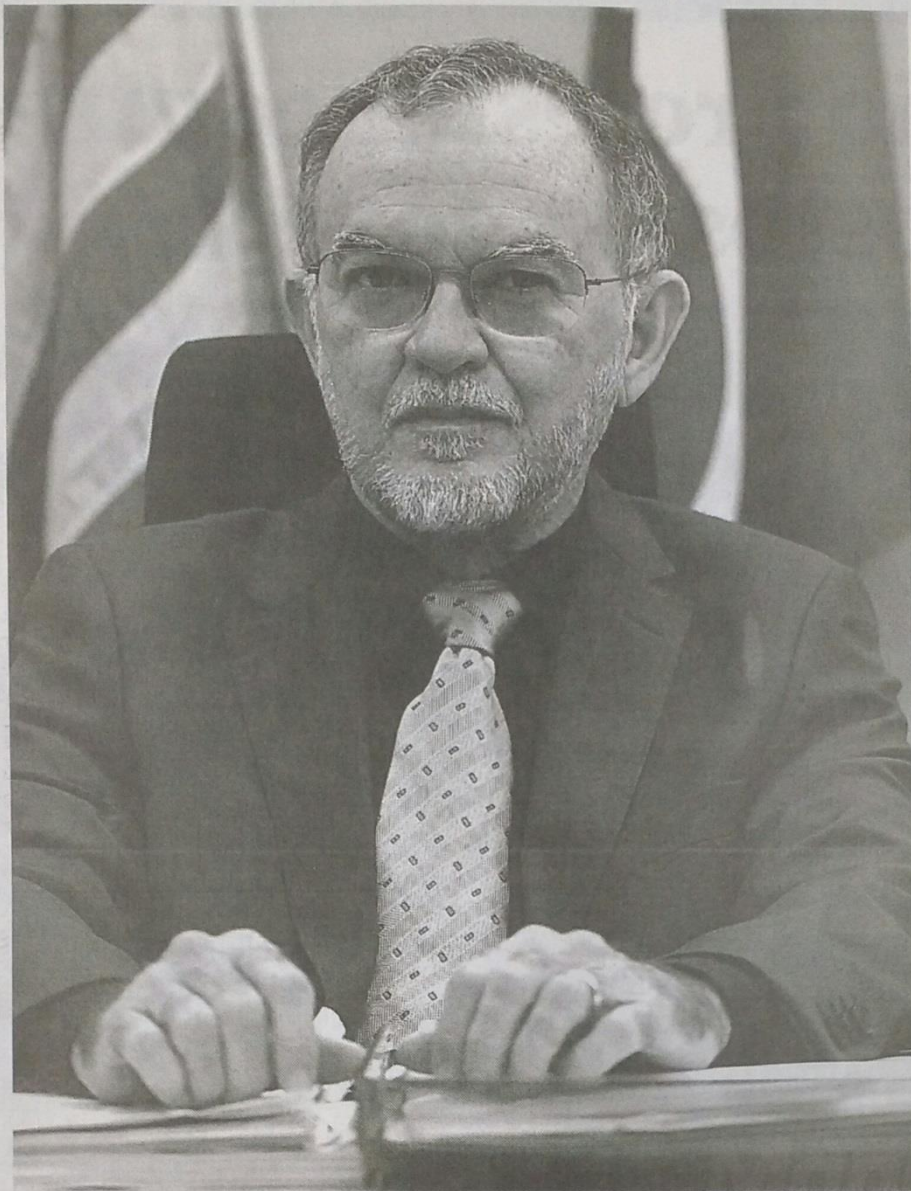


Foto: Divulgação

Por que tantas licitações das nossas prefeituras terminam em roubalheira?

- Noventa por cento dos gestores públicos vão realizar licitações com a intenção de fraudá-las. Isso é constatado por uma Rede de Controle Social formada pelo nosso Tribunal, os Ministérios Públicos Estadual e Federal, e outros órgãos de fiscalização. Ficamos triste quando constatamos isso com pessoas que jamais imaginávamos que poderiam praticar tais atos.

E os concursos públicos das prefeituras piauienses, também, se enquadram nisso?

- Grande parte dos concursos públicos das nossas prefeituras são fraudados. Digo isso sem medo de errar. As vagas são distribuídas entre vereadores e seus apoiadores.

assumiu na posse com sua missão constitucional.

O nível técnico dos funcionários do TC vem sendo aprimorado?

- Cada vez mais. O nosso corpo técnico é altamente qualificado. Quase todos eles têm um ou dois cursos de graduação, além de Mestrado e Doutorado. E fazem treinamentos constantes.

Qual o motivo para tanta corrupção na política da terra de Carlos Castelo Branco?

- Porque o Piauí não é uma ilha. E nós sofremos as mesmas influências pelas quais o país está passando, de muita gravidade em termos de éticos.

O TCE teve dois embates recentes contra o Governo do Estado e a Prefeitura de Teresina. Quem vai vencer?

ção técnica que realizamos.

Como a sociedade civil organizada pode ser “parceira” do Tribunal de Contas?

- Denunciando. Mesmo de forma anônima. Nós examinaremos para saber se procede. Assim, a Ouvidoria transforma em denúncia.

Qual o salário de um Conselheiro do TC?

- Trinta mil reais.

Quando as escolhas dos Conselheiros do TC deixaram de ser apenas através de indicações políticas da Assembleia Legislativa?

- Atualmente, a associação dos Conselheiros já apoia uma PEC que tramita no Senado, em que o número de escolhidos politicamente diminuiu. E aumentará a escolha de técnicos. Hoje, a maioria ainda vem da política

ras são fraudadas. Digo isso sem medo de errar. As vagas são distribuídas entre vereadores e seus apoiadores.

O Tribunal de Contas do Piauí merece o respeito da sociedade piauiense?

- No meu entendimento, sim. Pelo seu corpo funcional e pelos membros que têm feito um grande esforço para melhorar a imagem da instituição.

Um Conselheiro que foi deputado estadual, portanto, oriundo da Assembleia Legislativa, tem respaldo para votar contra prefeitos?

- Tem. Desde que este cidadão é consciente do compromisso que ele

O TCE teve dois embates recentes contra o Governo do Estado e a Prefeitura de Teresina. Quem vai vencer?

- Às vezes, o Tribunal é obrigado a tomar medidas que eventualmente descontentem A ou B. Um exemplo foi o de 71 prefeitos que decretaram Estado de Emergência, e nós revogamos. Outro foi como o Governo do Estado na subconcessão da Agespisa. E, agora, o Fundef da prefeitura de Teresina. Isso é uma constante na vida do julgador.

A APPM ajuda ou atrapalha no combate à corrupção?

- Ajuda participando de todos os cursos e treinamentos de qualifica-

Conselheiros já pela última vez que tramita no Senado, em que o número de escolhidos politicamente diminuiu. E aumentará a escolha de técnicos. Hoje, a maioria ainda vem da política

Qual a composição técnica do TCE?

- São sete Conselheiros titulares e quatro Substitutos.

O TCE faz parcerias técnicas com as prefeituras?

- Investimos cada vez mais na qualificação dos nossos servidores. E também nas equipes técnicas dos gestores municipais.

Por que os contribuintes piauienses deveriam acreditar na seriedade do trabalho dos Conselheiros do TC?

- Ele têm de acreditar. E mais do que isso, devem acompanhar e monitorar nossas decisões, para



Foto: Divulgação

O trabalho de um Tribunal que é da sua Conta

Fala Lenta, Raciocínio Rápido. Essas quatro palavras descrevem, quase à perfeição, um retrato falado, digo, escrito, do gentil-homem que atualmente preside o Tribunal de Contas dos piauienses. Mas essa gentileza não o impede de ser franco e fazer críticas e denúncias contra quem burla a lei, principalmente licitações e concursos públicos. Leia abaixo o diálogo do Conselheiro Olavo Rebelo com o jornal Diário do Povo.

fazer o controle dos votos dos Conselheiros.

Os políticos – do executivo e os com mandatos – tentam pressionar as decisões do TCE?

– Não só tentam mas, em alguns casos, o fazem através de outros órgãos e instituições. E na intenção sempre infrutífera de procurar tolher o trabalho do Tribunal de Contas.

Michel Temer merece continuar na Presidência da República dos brasileiros?

– Mesmo da forma em que assumiu o cargo, se tivesse fazendo um bom trabalho em prol do povo brasileiro, mereceria. Mas não é o que vem acontecendo.

Lula é um injustiçado ou cometeu erros que deve pagar com a perda dos direitos políticos?

– Lula é um homem que merece aplausos da população. Principalmente dos mais pobres. Se estiver errado, tem que ser julgado corretamente. Mas acho que ele está sendo perseguido.

riedade e cumprindo todos os requisitos legais.

E contra ou favorável à terceirização?

– Assim como nas Parcerias Público Privadas, não podemos fechar os olhos para o que é necessário. Mas desde que todos os direitos dos trabalhadores sejam rigorosamente respeitados.

As Reformas do Governo Temer são urgentes ou poderiam esperar um pouco mais?

– Uma parte é urgente, mas a maioria poderia ser melhor discutida. E bem melhor pensada e repensada em conjuntos com outros setores representativos da sociedade civil organizada.

Há um excesso de judicialização na política?

– Sim. E, muitas vezes, isso ocorre por omissão dos próprios políticos.

As eleições de 2018 são uma preocupação a mais para o Tribunal de Contas?

A vida social, familiar e as horas de lazer, como ficam?

– Sempre encontro um tempo para sair com a minha mulher, a Cora, e com meus dois filhos, a Lana e o Leno.

E de que o senhor tem medo?

– Vou me defender com a arma lírica do poeta gaúcho Mário Quintana. “esses que hoje atravam o meu caminho/e passarão/eupassarinho”.

Os projetos imediatos e futuro do órgão, quais são?

– Vamos instalar três sedes. Será nas cidades de Parnaíba, Picos e Bom Jesus. Vai ser o início da nossa interiorização.

O TCE pensa em fazer parcerias com quais órgãos?

– Temos parcerias, inclusive de troca de capacitação, com o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas da União. E também com o Tribunal de Contas do Maranhão e de outros Estados. Além da Universidade Federal do Piauí.

Além de vergonha na cara e de

Principalmente dos municípios. Se estiver errado, tem que ser julgado corretamente. Mas acho que ele está sendo perseguido.

Como um o ex-parlamentar petista enxerga atualmente o partido?

- Como não posso ter filiação partidária, falarei do passado. Lamento pelos que entram nos descaminhos éticos da vida. E torcendo para quem esteja lá honre o estatuto do partido.

O senhor sempre esteve próximo dos movimentos culturais. Ainda tem tempo para isso?

- Sempre que sou convidado, compareço com todo prazer. O último foi o lançamento da mais nova edição da revista *Revestrés*.

Um artista piauiense que o senhor admira?

- Acompanho de perto o trabalho de muitos deles. E sou fã do músico e compositor *Geraldo Brito*.

Qual livro está lendo agora?

- Todas as obras de *José Saramago*. Dos vinte livros, acho que já li uns dezoito.

Regina Sousa é uma senadora que merece a reeleição?

- Ela merece ocupar qualquer cargo político.

O senhor acredita nas parcerias público-privadas?

- Acredito. Mas só quando elas são feitas com se-

As eleições de 2018 são uma preocupação a mais para o Tribunal de Contas?

- Sim. Porque o Tribunal faz parte da sociedade e, por isso, sempre reflete o que ela tem de bom e de ruim.

Qual a sua rotina de trabalho no cargo de Presidente do TCE?

- Presencialmente, das 8 da manhã até as 14 horas. E sempre com o telefone celular ligado 24 horas.

Contas do Maranhão e de outros Estados. Além da Universidade Federal do Piauí.

Além de vergonha na cara e não ser corrupto, quais são as outras qualidades necessárias para ser um bom Conselheiro de um Tribunal de Contas?

- Primeiro, respeitar uma história que já tem 118 anos. Depois, se capacitar. E, de vez em quando, desafinar o coro dos contentes ao tomar decisões que desagradam a alguns, mas são necessárias.

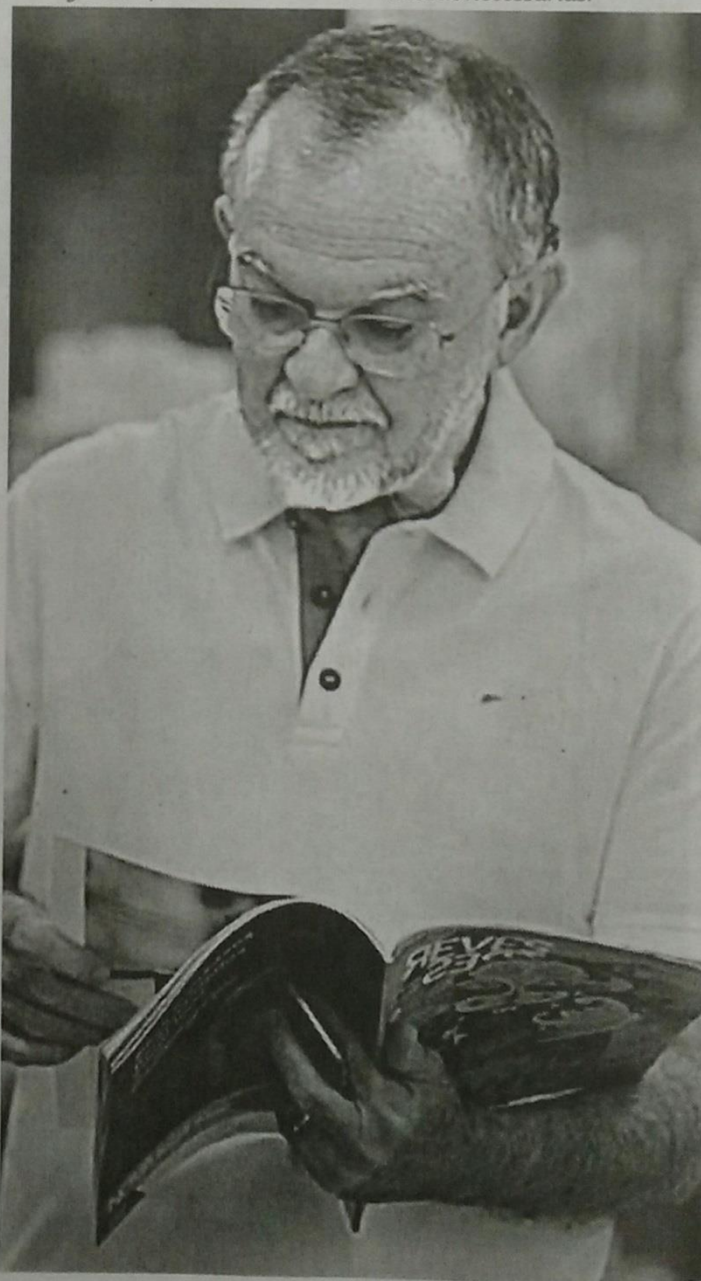


Foto: Arquivo Pessoal

E a licitação?

A Associação Piauiense de Empresários de Obras Públicas (Apeop) acionou o Tribunal de Contas do Estado para que examine o contrato de reforma do Porto das Barcas, em Parnaíba, sem licitação. A obra está orçada em R\$ 8 milhões.

A Apeop achou muito estranha a pressa para recuperação do complexo turístico sem a devida licitação.

Coluna Zózimo Tavares no portal CidadeVerde. 31/07/17. Link: <http://cidadeverde.com/colunadozozimo/85788/de-jeitinho-em-jeitinho-auxilios-chegam-a-16-bi>

TCE vai operar com laboratório móvel que mede a espessura de asfalto

30/07/17, 05:00



Imagem: Reprodução

> **Entrevista** > **Olavo Rebelo**
POR CLÁUDIA BRANDÃO > claudiabrandao@cidadeverde.com

De olho nas licitações fraudulentas

O presidente do TCE, conselheiro Olavo Rebelo, admite que a corrupção corre solta no Piauí e, segundo ele, em escala até maior que no resto do país.



a seguinte entrevista para a Revista Cidade Verde.

RCV – A Operação Lava Jato ajudou a inibir a prática da corrupção entre os gestores públicos?
OR – Eu sempre tenho dito que o Piauí não é uma ilha e, se está tendo corrupção no Brasil todo, como nós estamos vendo, é claro que aqui está acontecendo a mesma coisa. Pode ser até que mais, porque o Piauí é considerado um dos estados mais pobres, onde todo mundo acha que tudo pode acontecer em maior escala. Então, eu tenho certeza de que o que aconteceu no país aconteceu aqui também e, o mais triste, ainda está acontecendo.

RCV – E o que o Tribunal de Contas do Estado tem feito para coibir essa prática, já que este é o principal papel da instituição?
OR – A prioridade do TCE nesses dois anos em que eu estarei à sua frente é exatamente punir fraudes em licitações. Nós fizemos até uma campanha, cujo slogan é: "Licitação fraudada é crime, e grave". E nós estamos fazendo todo o possível. Dobramos o efetivo de pessoas que trabalham na fiscalização de licitações e, no setor de inteligência da

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) vai contar com mais uma ferramenta no combate à corrupção na gestão pública. Trata-se do laboratório-móvel, um caminhão equipado com instrumentos que permitirão que se faça com maior precisão a medição da espessura de asfalto, a quantidade de concreto utilizado na obra e o tamanho de uma ponte, por exemplo.

O novo equipamento começa a ser operado em um mês, conforme anúncio do presidente do TCE, conselheiro Olavo Rebelo, em entrevista às 'Páginas Verdes' da mais nova edição da Revista Cidade Verde. Ele disse que só existem mais dois Estados que contam com laboratórios desse tipo no país.

O presidente do TCE disse que, a rigor, o setor de engenharia do Tribunal já fiscaliza as obras públicas, mas agora essa fiscalização vai melhorar, porque passa a contar com um laboratório específico para esse fim. "Vamos contar com uma condição técnica muito mais avançada, de ponta", frisa Olavo Rebelo.

O foco do Tribunal, na atual gestão, estará centrado nas licitações públicas. O presidente do TCE estima que 90% das licitações registram fraudes e vícios. "É uma aberração. Não podemos entender como um país ou estado funciona dessa maneira", critica.

Se essa conduta fraudulenta de muitos gestores assusta o presidente do Tribunal de Contas, imagine a indignação que ela causa à população, que se vê privada de muitos serviços públicos exatamente em decorrência do desvio e da má aplicação dos recursos oficiais.

Coluna Zózimo Tavares no portal CidadeVerde. 30/07/17. Link: cidadeverde.com/colunadozozimo/85780/tce-vai-operar-com-laboratorio-movel-que-mede-a-espessura-de-asfalto

Municípios poderão ter redução no prazo para prestação de contas junto ao TCE

Indicativo foi aprovado por unanimidade pelo pleno da Corte e encaminhado para a Alepi

Da Redação do Portal AZ | 30 de Julho de 2017, 09:38



Os municípios piauienses poderão ter um menor prazo para a entrega dos balancetes mensais ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). O pleno da Corte de Contas aprovou indicativo de proposta de emenda à Constituição Estadual no qual as prestações de contas das prefeituras terão uma redução de 60 para 30 dias.



A proposta foi apresentada pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente que ressaltou que 60 dias para prestação de contas prejudica o controle preventivo e a fiscalização concomitante, causando dano ao erário.

Os conselheiros Kennedy Barros e Lílian Martins e o conselheiro-substituto Jaylson Campelo, durante sessão no TCE, ocorrida na semana anterior, destacaram que na grande maioria dos estados os municípios têm 30 dias para prestar contas e argumentaram que o prazo de 60 dias acaba sendo ruim para as prefeituras. Para eles, a redução para 30 dias facilitará o trabalho dos gestores e das empresas responsáveis pela contabilidade das prefeituras.

O conselheiro Olavo Rebelo, presidente do TCE, afirmou que o indicativo será levado à Assembleia Legislativa para apreciação dos deputados. O membro da Casa acredita que a redução sintoniza o Piauí com os outros estados brasileiros quanto ao prazo de prestação de contas, e facilita a fiscalização e o controle externo dos gastos públicos.


Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/400427/municipios-poderao-ter-reducao-no-prazo-para-prestacao-de-contas-junto-ao-tce>

Prefeito Antônio de Lú é denunciado ao Tribunal de Contas do PI


A denúncia foi protocolada no dia 25 de julho no Tribunal de Contas e o conselheiro Delano Carneiro da Cunha Câmara será o relator do processo.

BÁRBARA RODRIGUES


29/07/2017 @ 12h29 - atualizado @ 12h30

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O prefeito de São Francisco do Piauí, Antônio Martins de Carvalho, mais conhecido como Antônio de Lú (PSDB), foi denunciado ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) acusado de contratar empresa da cunhada do secretário municipal de Administração, Diego Figueredo Mendes de Carvalho. Ainda de acordo com a denúncia, a empresa não funciona no local informado.

O denunciante, que preferiu não se identificar, afirmou que a prefeitura fez licitação para aquisição de bens comuns, sendo que um lote era para carnes e frios e o segundo lote era para frutas e verduras para atender as necessidades do hospital municipal de São Francisco do Piauí.

No dia 3 de março deste ano foi homologada a contratação da empresa Adryely da Rocha Fontes - Sacolão Da Economia. "A proprietária da citada empresa, Adryely da Rocha Fontes, tem um filho e é casada com o irmão do secretário de Administração do Município, Mayke Figueredo Mendes de Carvalho. Ora, a proprietária da empresa é cunhada do Secretário de Administração do Município Diego Figueredo Mendes de Carvalho, fato que ofende o princípio constitucional da moralidade", disse o denunciante.

Afirmou ainda que o local onde consta como endereço da empresa não existe nenhum estabelecimento funcionando. "Diante do exposto, requer-se o recebimento da presente denúncia, com a adoção das medidas necessárias para suspender o contrato decorrente do pregão presencial de nº 010/2017, bem como que a presente denúncia repercuta negativamente nas contas do gestor, com aplicação de multa e demais sanções", finalizou.

A denúncia foi protocolada no dia 25 de julho no Tribunal de Contas e o conselheiro Delano Carneiro da Cunha Câmara será o relator do processo.

Ministério Público também está investigando

O Ministério Público do Estado do Piauí abriu inquérito civil para investigar irregularidades na licitação que resultou na contratação da empresa Adryely da Rocha Fontes - Sacolão Da Economia. **A portaria nº 030/2017 foi assinada pelo promotor de Justiça Carlos Rubem Campos Reis, no dia 3 de maio.**

Outro lado

Procurado na manhã deste sábado (29), o prefeito Antonio de Lú não foi localizado para comentar a denúncia. O **GPI** continua aberto para quaisquer esclarecimentos.

Já a empresária Adryely da Rocha Fontes, ouvida anteriormente, negou as acusações: "Não existem irregularidades na empresa, não houve nenhuma irregularidade na licitação, o endereço que funciona a empresa não é o Coronel Mundico Sá, é o endereço Avenida Floriano Peixoto, em Oeiras e eu não vivo em união estável com o Mayke e eu tenho como comprovar isso, ele é meu namorado, inclusive ele mora em Belém, no Pará, outro estado e eu morro no Piauí, em Oeiras. É impossível a gente ter uma relação além de namoro à distância".

"Essa denúncia é sem fundamentação e ela é fruto de divergência política, mas nada mais do que isso", finalizou.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/prefeito-antonio-de-lu-e-denunciado-ao-tribunal-de-contas-do-pi-418327.html>

Olavo Rebelo analisa redução do prazo para prestação de contas

De acordo com a proposta, a prestação de contas passaria de 60 para 30 dias.

GERMANA CHAVES

28/07/2017 @ 15h24 - atualizado @ 15h25

[Compartilhe no Facebook](#)

[Compartilhe no Twitter](#)

[Compartilhe no Google+](#)

[Enviar por E-mail](#)

[Mais opções](#)

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) aprovou nesta quinta-feira (27) o indicativo de proposta de emenda à Constituição Estadual para reduzir o prazo de prestação de contas dos municípios à Corte, que passaria de 60 para 30 dias. A proposta foi apresentada pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente, e foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes.

“Essa foi uma proposta do Ministério Público de Contas e entendemos que esse novo prazo é muito mais racional do ponto de vista contábil. Nós não podemos negar que tem gestores que quanto maior os prazos mais fazem maquiagem nas prestações e para evitar essas incidências aprovamos o prazo de 30 dias”, explicou o presidente do Tribunal, conselheiro Olavo Rebelo ao **GPI**, nesta sexta-feira (28).

Foto: Germana Chaves/GP1



Entrevista com Olavo Rebelo

O indicativo será encaminhado à Assembleia Legislativa que legislará sobre a matéria. “Cabe a Assembleia, através do seu plenário, alterar ou não a Constituição. Nós só vamos mandar uma proposta indicativa de lei, pois o Tribunal não tem a competência para estipular prazos. A aprovação vai depender da visão dos parlamentares. Se ouvirem o Tribunal e o Ministério Público de Contas pode ser que eles cedam entendendo que da nossa parte não tem a intenção de prejudicar a gestão”, concluiu Rebelo.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/olavo-rebelo-analisa-reducao-do-prazo-para-prestacao-de-contas-418339.html>

TCE vai julgar denúncia de sindicato contra ex-prefeito Nivardo Silvino


A denúncia foi apresentada no ano de 2016 e noticiava o atraso no pagamento dos servidores municipais, bem como a ausência de repasse das contribuições previdenciárias e sindicais.

BÁRBARA RODRIGUES

30/07/2017 @ 18h43 - atualizado @ 18h43

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) vai julgar na próxima quarta-feira (2), uma denúncia do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bocaina (SINSEMP) contra o ex-prefeito Nivardo Silvino de Sousa. O conselheiro Kennedy Barros é o relator do processo.

A **denúncia foi apresentada no ano de 2016** e noticiava o atraso no pagamento dos servidores municipais, bem como a ausência de repasse das contribuições previdenciárias e sindicais. De acordo com o processo, Nivardo Silvino foi intimado para se manifestar sobre o caso, mas não teria apresentado defesa.

Márcio André Madeira de Vasconcelos, procurador do Ministério Público de Contas, apresentou parecer no dia 17 de julho se manifestando pela procedência da denúncia, após o setor técnico constatar que realmente ocorreu a irregularidade na gestão de Nivardo.

“O administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações, inclusive as previdenciárias. No caso, resta claro a situação de atraso no repasse das contribuições, assim, o pagamento deverá ser feito pela administração paralelamente à adoção de providências para a apuração de responsabilidades e ressarcimento do erário, sob pena de glosa”, afirmou o procurador em seu parecer.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-vai-julgar-denuncia-de-sindicato-contr-ex-prefeito-nivardo-silvino-418432.html>

TCE vai julgar denúncia do prefeito Batista contra Marcelo Granja

Márcio André Madeira de Vasconcelos, procurador do Ministério Público de Contas, apresentou parecer se manifestando pela procedência parcial da denúncia.

BÁRBARA RODRIGUES

31/07/2017 © 09h17 - atualizado © 09h18



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) vai julgar na próxima quarta-feira (02) denúncia do prefeito de Morro Cabeça no Tempo, Antônio Carlos Batista de Figueiredo, e Clemilson Lopes que foi o coordenador da Equipe de Transição do Município contra o ex-prefeito Marcelo Granja.

A denúncia foi apresentada ainda em 2016, após ele ser eleito prefeito. Na ocasião, ele afirmou que após Marcelo Granja ser derrotado nas eleições, teria praticado diversas ilegalidades como descaso com o patrimônio público, contratação irregular de funcionário, má execução dos convênios federais, entre outras coisas. Além disso, ele teria colocado obstáculos aos trabalhos da equipe de transição na obtenção de informações sobre a situação da prefeitura.

Em sua defesa o ex-prefeito afirmou que o “denunciante elenca um rol de medidas a serem adotadas contra a Administração Municipal, dentre elas a verificação de supostos desvios de conduta, que restauram demonstrada que não procedem e, a realização de auditoria e a realização de fiscalização in loco nas obras realizadas, como recente feita por essa Corte de Contas, em que pode perceber que todos os contratos foram necessários e pertinentes para, sobretudo, conceder bem estar e mais dignidade a população Morrense”.

Márcio André Madeira de Vasconcelos, procurador do Ministério Público de Contas, apresentou parecer se manifestando pela procedência parcial da denúncia, para que seja aplicada multa e para que ela repercuta de forma negativa na prestação de contas do ano de 2016.


Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-vai-julgar-denuncia-do-prefeito-batista-contra-marcelo-granja-418447.html>

Chico Carvalho é acusado de deixar poço quebrado para realizar festa


A denúncia foi protocolada no dia 25 de julho e o conselheiro Luciano Nunes será o relator do processo, que também terá atuação do procurador José Araújo Pinheiro Júnior.


BÁRBARA RODRIGUES


29/07/2017 © 15h00 - atualizado © 15h01

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O prefeito de Massapê do Piauí, Francisco Epifanio Carvalho Reis, mais conhecido como Chico Carvalho (PP), foi denunciado ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), por uma pessoa que preferiu não se identificar, afirmando que após decretar situação de emergência no município, o prefeito fez várias contratações de bandas para realização de evento festivo, enquanto um poço do município ficou sem conserto.

O denunciante explicou que Chico Carvalho decretou situação de emergência no município no dia 2 de maio deste ano, pelo período de 180 dias, devido a forte estiagem que tem atingido o município e prejudicado a vida dos moradores, mas mesmo com essa situação o prefeito decidiu promover uma grande festa de São João usando recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Afirmou ainda que com os recursos gastos para o evento, onde foram feitas contratações sem licitações, o prefeito poderia ter usado para consertar um poço tubular que estava quebrado há mais de um mês em Massapê.

“Todas essas despesas do São João totalizou a quantia de 54.855,00 mil. Neste mesmo período o poço tubular da localidade Gangorrinha ficou quebrado por 35 dias, o prefeito dizendo que não poderia consertar o poço por falta de recursos, mas enquanto isso gastando uma fortuna para um município assolado pela estiagem (seca). Pergunta-se: qual mesmo a finalidade do decreto do prefeito Chico Carvalho? Como contratou bandas e mais despesas do São João sem o devido processo licitatório? “, questionou o denunciante.

A denúncia foi protocolada no dia 25 de julho e o conselheiro Luciano Nunes será o relator do processo, que também terá atuação do procurador José Araújo Pinheiro Júnior.

Outro lado

Procurado, na manhã deste sábado (29), o prefeito Chico Carvalho não foi localizado. O **GPI** continua aberto a quaisquer esclarecimentos.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/chico-carvalho-e-acusado-de-deixar-poco-quebrado-para-realizar-festa-418329.html>

MUDANÇA

OLAVO APOIA PROJETO QUE REDUZ INDICAÇÕES DA ASSEMBLEIA PARA O TCE

ATUALMENTE, AS INDICAÇÕES POLÍTICAS REPRESENTAM A MAIOR PARTE DOS MEMBROS DO TRIBUNAL, MAS UM PROJETO DE LEI PODE MUDAR ISSO

29/07/2017 09:40 - Atualizado em 29/07/2017 09:51



Presidente do Tribunal apoia mudança (Foto: Jailson Soares/PoliticaDinamica.com)

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), conselheiro Olavo Rebelo, apoia um Projeto de Lei que reduz a quantidade de conselheiros oriundos do Poder Legislativo. A proposta em tramitação no Senado Federal também é defendida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Atualmente, o número de conselheiros advindos das Assembleias Legislativas é maior do que os de carreira, fato que rotineiramente é motivo de críticas por parte da sociedade e até mesmo de juristas. As indicações oriundas do Parlamento Estadual sempre são marcadas por conchavos políticos e um grande jogo de interesses nos corredores do poder.

Conforme a proposta de autoria do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), essa regra passará por uma modificação. Nos moldes atuais, dos sete conselheiros que integram a Corte, um vem da Procuradoria do Estado, outro da Auditoria, um é nomeado por escolha do governador e quatro são indicação das Assembleias. Com isso, os conselheiros de carreira são minoria.

“A proposta do senador, que está amparada pela própria Atricon, é que se inverta isso, passando a dar maioria às pessoas que vêm com representatividade nas suas profissões. Em vez de quatro lá das Assembleias, seriam três. Então passaria a ter maioria aqueles que não vem das Assembleias”, explicou Olavo Rebelo.

Link: <http://www.politicadinamica.com/colunas/gustavo-almeida/olavo-apoia-projeto-que-reduz-indicacoes-da-assembleia-para-o-tce1501332593-8942.html>

MPC quer a reprovação das contas de Rejane Dias no 1º ano como secretária de Educação

Aquiles Nairó

28 de Julho de 2017 às 18:22

Fonte: Fonte:Código do Poder



Rejane Dias ao lado de Wellington

Foto: redação

Nos próximos dias, o Tribunal de Contas do Estado vai agendar o julgamento das contas do primeiro ano da primeira-dama Rejane Dias à frente da Secretaria Estadual de Educação (2015). Por enquanto, tanto a auditoria da DFAE (Divisão de Fiscalização da Administração Estadual) como o Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado entendem que Rejane Dias deva ter as contas reprovadas por causa de uma série de irregularidades em 2015, algo em torno de 26 falhas. Isso mesmo, a esposa do governador corre o risco de levar nota zero como gestora da Educação Pública do Piauí.

NAS MÃOS DE LÍLIAN MARTINS –

A relatora das contas de Rejane é a ex-primeira dama e ex-colega de Assembleia Legislativa, Lílian Martins, esposa de Wilson Martins. Depois de um tempo longe dos holofotes, o ex-governador Wilson Martins agora tem aparecido novamente na mídia e dizendo que faz parte da oposição ao governo Wellington Dias.

Link: <http://portalr10.com/noticias/mpc-quer-a-reprovacao-das-contas-de-rejane-dias-no-1o-ano-como-secretaria-de-educacao/>

Prefeito Chico Carvalho é denunciado ao Tribunal de Contas

A denúncia tem como relator o conselheiro Luciano Nunes Santos, que deu o prazo de 30 dias improrrogáveis para o gestor se manifestar.

ISABELA DE MENESES

30/07/2017 © 08h03 - atualizado 08h03



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) recebeu denúncia contra o atual prefeito de Massapê do Piauí, Chico Carvalho, relatando que o gestor declarou situação de emergência no município, mas no mesmo período realizou uma festa de São João no valor de R\$ 54.855 mil. A denúncia foi protocolada no dia 25 de julho de 2017.

Na denúncia são citadas algumas contratações feitas para a festa de São João e seus respectivos valores. Uma delas é o contrato com a empresa J.A da Silva Eventos, para apresentação de show com a banda Iohanes, pelo valor de 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). A cópia da contratação foi anexada ao processo.

Foto: Facebook/Chico Carvalho



Prefeito Chico Carvalho

O denunciante também alega que, “no mesmo período o poço tubular da localidade Gangorrinha ficou quebrado por 35 dias, o prefeito dizendo que não poderia consertar o poço por falta de recursos, mas enquanto isso gastando uma fortuna para um município assolado pela estiagem”.

A denúncia tem como relator o conselheiro Luciano Nunes Santos, que deu o prazo de 30 dias improrrogáveis para o prefeito Chico Carvalho se manifestar a respeito das irregularidades denunciadas ao TCE-PI.

Outro lado

O **Viagora** tentou entrar em contato com o prefeito Chico Carvalho, por meio de ligação, mas não conseguiu localizá-lo. O espaço permanece aberto para futuros esclarecimentos do gestor.

Link: <http://www.viagora.com.br/noticias/prefeito-chico-carvalho-e-denunciado-ao-tribunal-de-contas-62813.html>

28 de Julho de 2017 © 17:43 Atualizada às 18:34

Ex-prefeita é alvo de ação do município de Jaicós

TCE resolveu indeferir o pedido por envolver conflito com a União



Francy Teixeira

O município de Jaicós, por intermédio dos seus advogados e representado pelo atual prefeito Ogilvam Oliveira, ingressou no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) com um pedido de liminar em desfavor da ex-gestora Waldelina Sales. Na peça, o representante do Executivo municipal defende que a ex-prefeita 'omitiu-se, intencionalmente, no dever de agir para assegurar o percentual mínimo de 25% das receitas com a educação, recusando-se a adotar, medidas políticas, administrativas e orçamentárias para a cessação do problema relatado'; indicando que atualmente, Jaicós encontra-se impossibilitado de receber recursos da União e celebrar convênios com o Governo Federal, em decorrência de pendências junto ao CAUC e FNDE/SIOPE.

Diante de tal apontamento, a representação visava que Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na qualidade de administradora do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), retirasse a pendência do referido sistema, criada pela gestão anterior, conferindo ao município a habilitação para receber recursos federais, efetuar futuros convênios e manter suas atividades em dia.

No entanto, por se tratar de uma controvérsia entre o município e a União, o relator do processo, o conselheiro Kleber Dantas Eulálio, decidiu pelo indeferimento do pedido de liminar, indicando que a decisão deverá ser do Poder Judiciário. O representante do TCE ainda determinou a citação da ex-prefeita, para caso deseje, formalize sua defesa, no prazo improrrogável de quinze dias.

Link: <http://jornal.meionorte.com/politica/ex-prefeita-e-alvo-de-acao-do-municipio-de-jaicos-306340>

Vaga do PT no Senado será preservada e Regina pode ir para o TCE

Regina Sousa pode ser indicada a conselheira do TCE

Anúncio fechado por Google

Denunciar este anúncio

Anúncio? Por quê? ⓘ

Seguem as perspectivas negativas sobre o envio de recursos para as obras de mobilidade urbana em Teresina e outras a nível de Piauí. Obras essas, com verbas do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

O Governo Federal já anunciou cortes para diversas áreas e isso vai atingir bastante o Piauí. Os jornalistas Efrém Ribeiro e Ananias Ribeiro, elencaram no Quadro Jogo do Poder desta sexta-feira(28), as obras que serão atingidas com esses cortes por parte do governo.

Serão R\$ 7,4 bilhões em recursos. Entre as obras estão o Porto de Luis Correia, a ferrovia transnordestina, 241 Unidades Básicas de Saúde, 237 quadras esportivas, 92 creches e pré-escolas, 125 obras de orçamento, o corredor de ônibus e o programa Luz para Todos. Serão todas abatidas pelos cortes e pela falta de dinheiro para serem tocadas.

Além disso, existe o setor de energia eólica e solar que soma 21 empreendimentos no valor de R\$ 2,8 bilhões e quatro linhas de transmissão.

Política

Em entrevista com o prefeito Firmino Filho, o jornalista Efrém Ribeiro mostrou a fala do mesmo dizendo que as portas do PSDB estão abertas para Átila Lira e Heráclito Fortes. "São dois nomes que virão para somar muito ao partido", disse Firmino. Ainda no PSDB, o deputado estadual Luciano Nunes informou que o nome da oposição para a disputa ao Governo do Estado, não será definido em 2017, apenas em 2018.

No PTB, o secretário de Segurança, Fábio Abreu, que está de saída para o PR, disse que devido ao afastamento de João Vicente Claudino do partido, ele já se comprometeu com o governador Wellington Dias e estará caminhando pela reeleição do governador.

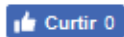
Os jornalistas do Jogo do Poder também informaram que a senadora Regina Sousa poderá ser indicada para uma vaga de conselheira do TCE-PI, para abrir espaço na chapa majoritária de Wellington Dias, pois o mesmo irá precisar da vaga do PT na disputa pelo Senado e terá que convencer o partido que Regina será contemplada com a indicação.



Link: <https://www.meionorte.com/blogs/agora/vaga-do-pt-no-senado-sera-preservada-e-regina-pode-ir-para-o-tce-324885>

Prefeituras: TCE quer reduzir prazo da prestação de contas

60 dias prejudica controle preventivo e fiscalização; prefeitos do Piauí já estão reclamando



O Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aprovou nesta quinta-feira (27) a proposta de indicativo de proposta de emenda à Constituição Estadual para redução do prazo de prestação de contas dos municípios à Corte de Contas. O indicativo será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete legislar sobre a matéria em questão.

A proposta foi apresentada pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente e aprovada por unanimidade pelos conselheiros

presentes à sessão. A ideia é que o prazo de entrega dos balancetes mensais seja reduzido dos atuais 60 dias para 30 dias. Ele argumentou que 60 dias para prestação de contas prejudica o controle preventivo e a fiscalização concomitante, causando dano ao erário.


Os conselheiros Kennedy Barros e Lílian Martins e o conselheiro-substituto Jaylson Campelo lembraram que na grande maioria dos estados os municípios têm 30 dias para prestar contas e argumentaram que o prazo de 60 dias acaba sendo ruim para as prefeituras. Para eles, a redução para 30 dias facilitará o trabalho dos gestores e das empresas responsáveis pela contabilidade das prefeituras.

O presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, disse que o Tribunal vai levar o indicativo à Assembleia Legislativa para apreciação dos deputados. Para ele, a redução sintoniza o Piauí com os outros estados brasileiros quanto ao prazo de prestação de contas, e facilita a fiscalização e o controle externo dos gastos públicos.



Fiscalizar isenções fiscais - 29/07/2017 às 08h08

TCE-PI criará comissão para analisar renúncia fiscal nos municípios do PI

 Curtir 0

 Tweet

 G+

 Compartilhar  

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) vai criar a Comissão de Fiscalização da Receita Pública, que terá como atribuição principal fiscalizar isenções fiscais concedidas pelo Estado e pelos municípios e a aplicação de tributos que tenham destinação vinculada. A proposta foi apresentada pelo conselheiro-substituto Alisson Araújo e aprovada por unanimidade na sessão ordinária do TCE-PI.

Segundo ele, a ideia é verificar a legalidade dos decretos de renúncia fiscal e se as empresas contempladas estão dando a contrapartida necessária pela concessão do benefício. A Comissão também vai fiscalizar a aplicação de recursos com destinação específica, como taxas e multas de trânsito, Cosip (Contribuição Social da Iluminação Pública) e taxa de lixo.

Os recursos decorrentes desses tributos devem ser aplicados em campanhas educativas de trânsito, em melhorias da iluminação pública e na coleta de lixo. A Comissão terá sua composição, competência e atribuições, critérios e normas de funcionamento definidos em regulamentação que será apresentada no próximo dia 17.

Os conselheiros Kléber Eulálio e Lílian Martins elogiaram a iniciativa e destacaram a importância da proposta. O conselheiro-substituto Jaylson Campelo lembrou que fiscalização da renúncia fiscal é uma recomendação da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil). O presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, disse que a Comissão vai atuar sobre a renúncia fiscal no âmbito do Estado e dos municípios, e ampliará a abrangência e a eficácia da fiscalização sobre a destinação dos recursos públicos de órgãos estaduais e prefeituras municipais.

Fonte: TCE-PI